

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EMERSON SALES DA SILVA
A VISÃO AUSTRIACA SOBRE OS CICLOS ECONÔMICOS

RECIFE-PE

2021

EMERSON SALES DA SILVA

A VISÃO AUSTRIACA SOBRE OS CICLOS ECONÔMICOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno EMERSON SALES DA SILVA ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação do professor DR. LUIS EDUARDO BARBOSA CARAZZA.

RECIFE-PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v

Silva, Emerson Sales

A visão austríaca sobre os ciclos econômicos / Emerson Sales Silva. - 2021.
47 f. : il.

Orientador: Luis Eduardo Barbosa Carazza.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2021.

1. Ciclos econômicos. 2. Escola austríaca. 3. Intervenção. I. Carazza, Luis Eduardo Barbosa, orient. II.
Título

CDD 330

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

A VISÃO AUSTRIACA SOBRE OS CICLOS ECONÔMICOS

EMERSON SALES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota _____ apresentado em
____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador. Prof. Dr. Luis Eduardo Barbosa Carazza

1º Examinador. Prof. Dr. Álvaro Furtado Coelho Júnior

2º Examinador. Prof. Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me auxiliar em tudo que tenho feito e gostaria de agradecer por todo apoio emocional e financeiro às pessoas que me trouxeram ao mundo. Meus pais Edson da Silva e Maria Goretti de Sales, além deles agradeço a meus avós, Ivoneide Maria de Souza e José Francisco de Sales, que sempre me deram o suporte mais que necessário para que eu pudesse me dedicar da forma que me dediquei à vida acadêmica, além de todo carinho que me proporcionaram.

Agradeço também à minha noiva Marielza Melo da Silva que me apoiou desde a aprovação no vestibular e continua me apoiando até os dias de hoje nesses quase cinco anos de graduação. Agradeço aos meus amigos de Recife que também sempre me incentivaram a ser uma pessoa melhor. Em especial: Matheus Guilherme, Andrey Lucas Gabriel, João Gabriel, Andrey Lucas Rodrigues e José Arthur.

Por fim, agradeço a todos os colegas de curso e todos aqueles da Universidade Federal Rural de Pernambuco que fizeram parte desses meus cinco anos de formação. Em especial: Joab da Silva e Nathália Andrade.

Dedico esse trabalho a meus familiares e amigos.

RESUMO

Esse trabalho propõe-se a analisar o fenômeno dos ciclos econômicos na visão dos economistas austríacos, trazendo uma análise liberal da economia. Para tal análise será necessário conhecer a fundo alguns fatores importantes como taxa de juros, política monetária expansionista e contracionista, Estado, Banco Central e inflação. A teoria dos ciclos econômicos austríacos demonstra o quanto o Estado intervencionista, com a ajuda dos Bancos Centrais são capazes de gerar as crises econômicas a partir do momento em que criam informações artificiais para os agentes econômicos.

Palavras-chave: Escola Austríaca, Teoria dos Ciclos Econômicos, Intervencionismo.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the phenomenon of economic cycles in the view of Austrian economists, bringing a liberal analysis of the economy. For this analysis, it will be necessary to know in depth some important factors such as interest rate, expansionary and contractionary monetary policy, State, Central Bank and inflation. The theory of Austrian business cycles demonstrates how the interventionist state, with the help of central banks, ends up generating economic crises as they create artificial information for economic agents.

Keywords: Austrian School, Business Cycle Theory, Intervention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – PIB e PIB per capita do Brasil entre os anos de 2000 e 2017.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A MOEDA E OS ECONOMISTAS AUSTRIACOS	12
2.1.	A MOEDA E SUAS FUNÇÕES.....	12
2.2.	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICA	13
2.3.	O SURGIMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA	15
3	A INFLAÇÃO E OS AGENTES CAUSADORES.....	16
3.1.	A MOEDA, A INFLAÇÃO E SEUS DANOS.....	17
3.2.	ELEMENTOS RESPONSÁVEIS PELOS CICLOS ECONÔMICOS	19
3.2.1.	A poupança e os bancos	19
3.2.2.	Taxa de juros.....	21
4	O ÚLTIMO FATOR E OS CICLOS ECONÔMICOS	22
4.1.	INTERVENÇÃO ESTATAL	23
4.2.	OS CICLOS ECONÔMICOS.....	27
4.2.1.	Expansão de crédito e contração dos juros.....	27
4.2.2.	Prosperidade social e investimentos de longo prazo.....	31
4.2.3.	O declínio econômico e a inflação.....	34
4.2.4.	O fim ou o novo início do ciclo.....	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

Atualmente verifica-se que praticamente todas as sociedades do mundo possuem seu sistema monetário baseado numa moeda específica; no entanto esse modelo nem sempre existiu.

Segundo Rossetti (1997) a sociedade realizava trocas comerciais diretas, ou seja, um produto por outro, contudo esse formato- apesar de comum- não era tão simples, pois se fazia necessário que os participantes da troca tivessem, necessariamente, desejo simultâneo pelos bens que estariam disponíveis para troca, caso contrário não seria possível findar uma troca comercial.

Por conta dessa necessidade da dupla coincidência de desejo entre os integrantes das trocas comerciais e visto a grande quantidade de bens na economia surgiu a necessidade da criação de um bem com grande aceitação da sociedade que servisse como um mediador entre essas relações comerciais, esse bem é a moeda metálica que segundo Rossetti (1997) já teve como material o ouro, a prata, o cobre, o bronze e o ferro, pois eram duráveis, homogêneas, facilmente fracionáveis e por serem raras uma pequena quantidade desses materiais representava um grande valor.

Com o passar dos anos e o crescimento da mineração os demais metais passaram a perder valor e as moedas passaram a ser feitas somente de ouro ou prata, mas Lopes (2002) afirma que o transporte dessas moedas não era fácil por conta do risco de roubo. Então as moedas passaram a ser deixadas com pessoas de confiança, esses indivíduos equipavam suas casas para evitar que roubos acontecessem e quem deixasse seu dinheiro guardado com eles pagava uma taxa de custódia e recebia um certificado¹ que servia para pegar seu dinheiro de volta. Esses locais foram chamados casas de custódia.

Esses certificados passaram a ser aceitos para a compra de bens na economia, pois as casas de custódia tinham credibilidade. Aproveitando-se disso segundo Rossetti (1997) as casas de custódia passaram a realizar empréstimos com esse dinheiro que foi confiado para ser guardado.

¹ Esses certificados eram também chamados de moeda-papel.

Por conta de os riscos gerados pelo fato dessas casas de custódia emitirem moeda-papel a moeda- com a criação dos Bancos Centrais- passa a ser emitida pelo governo e não mais pelas casas de custódia.

Segundo Roque (2011) para os austríacos o fato de o dinheiro ter passado a ser emitido por um banco vinculado ao Estado é um problema, pois a existência do Banco Central garante que o sistema de reservas fracionárias² por parte dos bancos comerciais seja possível sem que os mesmos venham a falir. O fato de o Estado se responsabilizar pela emissão da moeda garante que os “*déficits*” gerados pelo mesmo sejam facilmente financiados através da emissão de moeda. Isso por que para os austríacos a moeda não é neutra.

Há um debate recorrente acerca da neutralidade da moeda. Polleit (2009) afirma que a atual teoria macroeconômica considera que a hipótese da neutralidade da moeda é válida somente no longo prazo, ou seja, um aumento na oferta monetária afetaria o consumo e o investimento no curto e médio prazo, mas que no longo prazo os agentes de mercado ajustam suas disposições e a economia volta ao seu nível natural.

Polleit (2009) fala ainda que a partir do momento que a oferta monetária é expandida um primeiro grupo recebe que recebe esse dinheiro terá a vantagem de comprar bens a preços praticamente inalterados, enquanto o último grupo a receber esse dinheiro já terá os preços aumentados, com isso os grupos que mais precisam não serão beneficiados, isso fará com que, no longo prazo, haja sim um resultado desastroso por culpa da expansão monetária realizada e isso mostra que a moeda na verdade não é neutra nem mesmo no longo prazo.

Segundo Horwitz (2020) Smith (1723-1790) defendia que o valor de um bem estava relacionado à quantidade de trabalho que fora disposto para produzir tal bem e isso influenciou toda teoria marxista e a ideia da mais valia³, mas Menger (2017) já era contrário a essa teoria e afirmava que o valor de um bem não estava relacionado ao trabalho nem aos insumos utilizados para produzi-lo, para ele o valor de um bem é determinado pelo quanto esse bem é proveitoso e o quanto ele é

² Segundo Rothbard (2010) as reservas fracionárias são a quantidade de dinheiro que os bancos terão disponível para pagar seus depositantes em caso de saques, esse valor no Brasil em outubro de 2008 era de 36%, o que significa que apenas 36% da população conseguiria sacar integralmente seu saldo em caso de saques simultâneos.

³ A Mais valia é uma teoria criada por Marx afirmando que um empresário estaria explorando um trabalhador porque esse empresário estaria ganhando lucro sem se esforçar, tudo isso às custas da mão-de-obra contratada.

capaz de satisfazer determinados fins desejados em um determinado momento, ou seja, o valor de um bem é subjetivo.

Rothbard (2010) afirma que Mises (1881-1973)⁴, trouxe uma abordagem diferenciada em relação a teoria quantitativa da moeda no ano de 1912. Por que i mesmo considerou que a nova moeda; resultado da expansão monetária; chegaria inicialmente a determinados setores da economia para assim ser distribuída para todo o resto e esses que primeiro receberam esse novo dinheiro são mais beneficiados e, além disso, a moeda assim como os demais bens da economia estão sob a lei da utilidade marginal decrescente, quanto maior a quantidade de dinheiro disponível mais moeda será necessário para adquirir um bem.

Ebeling (2012) afirma que os bancos comerciais- confiando que serão salvos pelo Banco Central- aumentam suas reservas fracionárias, realizando assim uma expansão monetária e de crédito sem que haja reserva (poupança) suficiente, isso acaba interferindo nas preferências dos indivíduos e reduzindo a taxa de juros, dando a impressão artificial de melhora econômica.

Por ter mais dinheiro disponível na economia as pessoas precisarão de mais dinheiro para adquirir os bens e serviços, isso é talvez a consequência mais temida da inflação. As empresas de bens de capital de longo prazo acreditarão que será possível realizar seus projetos, porém na verdade essa demanda por bens de capital não existe e isso só será percebido no longo prazo quando as indústrias já estiverem bem estabelecidas.

⁴ Com o livro “Teoria da moeda e do crédito” escrito por Ludwig von Mises em 1912.

2 A MOEDA E OS ECONOMISTAS AUSTRÍACOS

2.1. A moeda e suas funções

Segundo Lopes (2002) a moeda é um bem que combina três funções. Meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, entretanto os economistas clássicos consideravam que somente se demandava moeda para fins transacionais (para comprar algum bem) ou para fins precaucionais.

A teoria keynesiana surgiu contradizendo os clássicos e afirmando que a moeda na verdade pode ser demandada para fins especulativos, assumindo assim sua função de reserva de valor. A moeda pode ser demandada para esse fim e quanto maior a demanda para fins especulativos menor será a demanda para fins transacionais e isso acarretará uma redução na demanda e um excesso de oferta, essa é a explicação keynesiana para a crise de 1929.

Segundo Polleit (2009)

Ludwig von Mises (1881-1973) demonstrou, a função de troca é a única função do dinheiro. Todas as outras funções - unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento futuro - são meramente subfunções da função principal do dinheiro: ser um meio de troca. (POLLEIT, 2009, p.1)

Segundo Roque (2017) os economistas austríacos acreditam que na verdade a crise de 1929 ocorreu por conta da grande emissão de moeda por parte do Estado nos anos 1920 essa expansão monetária fez com que projetos de longo prazo fossem realizados, mas a demanda que se imaginava na verdade não existe e por isso o excesso de oferta, pois os projetos foram realizados sob uma taxa de juros manipulada pela expansão monetária.

A taxa de juros que em 1920 estava em 6% em 1927 já estava em 3,5%, uma queda de 42%.

2.2. História do pensamento econômica

Pode-se afirmar que já no período mercantilista⁵ começou-se a cogitar o Estado como sumo administrador da moeda, além disso, o mesmo viria a ser responsável por intervir em todo processo produtivo para que fosse possível garantir o padrão de qualidade dos produtos vendidos pelos mercadores locais, nesse período acreditava-se que era através da exploração que os países teriam maiores vantagens econômicas e para isso era necessário fortalecer o Estado cada vez mais com impostos altíssimos.

Alguns pensadores tentaram rebater essas ideias, dentre eles Quesnay e os fisiocratas⁶ com uma ideia inicial que seria contrária ao Estado intervencionista e grande como verifica-se no período mercantilista; no entanto só a partir dos pensadores da Escola Clássica o movimento liberal passou a ter uma maior força, enfraquecendo o modelo intervencionista desejado pelos mercantilistas.

Segundo Carpio (2011) um deslize do pensamento clássico é quando Smith (1723-1790), em sua obra “Riqueza das Nações”, opta por chamar de salário o lucro que um fazendeiro teria por cultivar um determinado plantio, ir ao mercado e vender, esse valor vendido é chamado de salário, mas na verdade o salário só ocorre quando esse empreendedor contrata um empregado para dividir os riscos do empreendimento e em troca disso o empregado recebe uma renda fixa, ou salário.

Carpio (2011) ainda fala que em contrapartida a isso os empresários assumem um risco muito maior, pois mesmo quando a demanda estiver baixa o funcionário continuará recebendo e não sofrerá ônus algum, já nos momentos de boas vendas não seria justo os empresários compartilharem seus lucros com os funcionários, pois os funcionários não assumiram o risco que o empresário assumiu.

Em concordância a isso⁷ Marx (1818-1883) aproveita para criar sua teoria da mais-valia, afirmando que os trabalhadores estariam sendo explorados por não receberem parte desses lucros e que para que fosse possível receber esse lucro os empresários estariam tomando uma parte do salário dos funcionários.

⁵ Os mercantilistas são um grupo de pensadores europeus que apoiavam políticas intervencionistas por parte do Estado.

⁶ Os fisiocratas eram um grupo que supervalorizavam a natureza e acreditava que a economia deveria funcionar como um organismo vivo.

⁷ A ideia de valor trabalho de Adam Smith (1723-1790).

Segundo Iorio (2014) um economista clássico da época chegou a escrever uma Teoria dos Ciclos Econômicos muito parecida com a dos Economistas Austríacos. Esse é Richard Cantillon (1680-1734), o qual escreveu seu tratado de economia cerca de 46 anos antes de Smith publicar “A riqueza das nações”. Cantillon (1680-1734) em sua época já antecipava a teoria que posteriormente foi defendida por Mises (1881-1973) da não-neutralidade da moeda.

Além de entender a não-neutralidade da moeda Iorio (2014) destaca que Cantillon (1680-1734) rejeita a visão de que a taxa de juros é um fenômeno monetário, afirmando que a taxa de juros é um resultado das forças de mercado- oferta e demanda- e por isso a taxa de juros é algo normal e já em sua época defendia que mais dinheiro na economia significa aumento da oferta monetária e o efeito disso é redução dos juros.

Cantillon (1680-1734) também afirmou que a manipulação da moeda por bancos nacionais e intervenções estatais criando políticas monetárias expansivas são prejudiciais para a economia e já criticava a ideia de que ao aumentar a oferta monetária o dinheiro seria distribuído de maneira uniforme na economia e contrariando a teoria quantitativa da moeda de Milton Friedman (1912-2006) que ainda viria ser criada.

Apesar disso, Cantillon (1680-1734) foi visto em sua época como um mercantilista, apesar de ser um crítico a tal teoria e se preocupando, assim como os clássicos nos efeitos do intervencionismo demasiado por parte do Estado.

A economia clássica passou a prevalecer como principal pensamento econômico; até que em 1929 uma crise abateu toda sociedade mundial, Keynes (1883-1946) afirma que a maioria dos economistas da época já abandonaram a Lei de Say, mas que algumas afirmações dessa lei ainda eram tomadas como verdade por esses economistas, como o fato de que toda oferta cria sua própria demanda.

Skousen (2011) entende que na verdade Keynes (1883-1946) não compreendeu a Lei de Say, o que para Skousen (2011) tal lei seria resumida pelo fato de que para que um indivíduo compre algum bem- antes disso- ele precisa vender e que o aumento na produção é o que garante que se tenha maior gasto com consumo, Say (1767-1832) ainda defende que ao se criar novos e melhores produtos novos e melhores mercados são criados, isso causa o impulsionamento do consumo em uma sociedade e defende que um bom governo é aquele que permite que tal produção

ocorra sem interferência e por meios naturais, enquanto o mal governo seria o que busca estimular o consumo.

Para Skousen (2011) Keynes (1883-1946) tenta rebater a lei de Say com o intuito de ter liberdade para argumentar sobre o seu tratado de economia distorcendo a fala de Say (1767-1832) e afirmando que para tal economista simplesmente toda oferta cria sua própria demanda e explicando que por conta desse pensamento que o mundo entrou em crise, quando na verdade ele não afirma que as recessões ocorrem simplesmente por insuficiência na demanda, mas sim que ocorrem quando há um descompasso entre a oferta e a demanda.

Apesar disso tudo o mundo estava passando por uma crise e os governos do mundo queriam uma solução para tal problema, na época Hayek (1899-1992) e Keynes (1883-1946) eram os economistas mais notórios, mas as propostas de ambos foram as mais diferentes possíveis e logicamente a proposta keynesiana e muito conhecida foi a mais aceita.

Segundo North (2019) Keynes (1883-1946) propunha que para retirar um país da recessão seria necessário criar demanda agregada e isso se faz aumentando os gastos do governo, mas de onde vem esse dinheiro para aumentar os gastos do governo? Logicamente é dinheiro emprestado de bancos, pessoas e empresas; aumento de impostos ou simplesmente impressão de dinheiro e essa é a maior crítica dos economistas austríacos e para tais o principal causador dos ciclos econômicos.

A criação de dinheiro na economia com o intuito de tirar o país imediatamente da recessão, mas nenhuma dessas formas de aumentar os gastos do governo é capaz de gerar riqueza no longo prazo, são medidas emergenciais que parecerão benéficas a curto prazo, mas que causarão danos permanentes em uma economia.

2.3. O surgimento da Escola Austríaca

Segundo Ebeling (2016) a Escola Austríaca surge no período em que Carl Menger (1840-1921) escreve um livro chamado “Princípios de Economia Política” refutando a teoria do valor trabalho de Marx e defendendo que o valor de um bem, diferente do que o próprio Marx (1818-1883) e Smith (1723-1790) defendiam, é definido não pela quantidade de trabalho ou de insumos empregada para produzir tal bem, mas esse preço é subjetivo, depende da necessidade atual da sociedade.

No entanto se o bem for útil para a sociedade a habilidade em produzir tal bem é de grande importância para sociedade. Quando se fala de bens idênticos o aumento na quantidade produzida desse bem acaba por torná-lo menos valioso.

Ebeling (2016) ainda fala que Bawerk (1851-1914), um economista da segunda geração de economistas austríacos contrapôs ainda mais a teoria marxista ao destacar a importância da poupança na geração de empregos.

Ele afirmava que para que fosse possível construir uma fábrica e realizar um empreendimento, por exemplo, seria necessário antes ter poupado, caso contrário não seria possível realizar tais empreendimentos e por esse motivo as pessoas abririam mão do consumo atual, mas somente se tiverem alguma recompensa por abdicar do consumo hoje, assim ele mostra a importância dos juros para uma sociedade, é o preço de um bem levado ao futuro que por conta da inflação será necessário o uso de juros para corrigir⁸.

Os austríacos tiveram outras gerações com Mises (1881-1973) e Hayek (1899-1992) e muitos economistas são adeptos aos pensamentos dessa escola que tem como principal intenção mostrar os benefícios do livre mercado e os malefícios de um Estado intervencionista.

3 A INFLAÇÃO E OS AGENTES CAUSADORES

Este capítulo será destinado a analisar como acontece o processo inflacionário e quais os agentes responsáveis por gerar tal fenômeno econômico. Falarei inicialmente sobre a inflação, sua definição, as falácias acerca desse tema e seus danos para uma economia, dando exemplos reais desde sociedades mais antigas até atuais; e na segunda seção desse capítulo falarei sobre os indicadores econômicos e os agentes envolvidos na criação dos ciclos econômicos, utilizando de argumentos de livre mercado baseados nos pensadores austríacos para embasar tal análise.

⁸ A palavra corrigir quando relacionada a taxa de juros tem relação com ajustar o preço dos bens de uma economia no futuro. As pessoas desejam adquirir bens o mais rápido possível, mas só vão preferir adquirir esse bem se tiverem algum benefício no futuro.

3.1. A moeda, a inflação e seus danos

Quando se fala em inflação geralmente se imagina no aumento generalizado de preços, entretanto, conforme afirmou Ulrich (2014), parafraseando o falecido senador Roberto Campos, quando consideramos a inflação o aumento generalizado e constante de preços estamos pondo a culpa nos empresários, pois eles quem aumentam os preços, todavia quando dizemos que a inflação é um aumento na emissão de moeda é possível analisar o problema sob outra perspectiva, pois o aumento dos preços acontece, mas por que existe mais dinheiro na economia e a culpa dessa expansão monetária é do Estado.

Para Hazlitt (2010) uma falácia econômica replicada até os dias atuais é a de que quanto mais moeda acumulada um indivíduo possui maior é o seu poder aquisitivo, quando na verdade a riqueza efetiva é resultado daquilo que é produzido e consumido. Isso leva as pessoas a pensarem que mais dinheiro na economia significa mais riqueza e o conceito de inflação está exatamente em cima disso, a partir do momento que se tem mais dinheiro na economia menos esse dinheiro vale.

Segundo Rothbard (2010) com seu teorema da regressão Mises (1881-1973) explica a dupla função da moeda e a compara com qualquer outro produto da economia, sendo a moeda também o único bem que tem relação com todos os outros. Com isso se mostra a importância da aceitação da moeda.

Sobre a importância da aceitação e do poder monopolista que o Estado possui em emitir dinheiro Hayek argumenta que:

“O direito exclusivo do governo de emitir e regular o dinheiro, que certamente não nos ajudou a ter um dinheiro melhor do que teríamos de outra forma e que provavelmente nos deu um dinheiro muito pior, tornou-se, indubitavelmente, um dos principais instrumentos a favor das políticas governamentais vigentes, e auxiliou enormemente o crescimento do poder do governo. Grande parte da política atual se baseia na premissa de que o governo tem o poder de criar e de fazer com que as pessoas aceitem qualquer quantia de dinheiro adicional que deseje.” (HAYEK, 2010, p.37)

Com isso verifica-se que ninguém mais pode concorrer com o Estado na emissão de dinheiro, mesmo que se tenha uma moeda mais “forte” e que dificilmente passe por inflação.

A moeda por si só não tem poder de criar bens em uma economia, pois ela é apenas um meio de realizar trocas e facilitar transações. Uma alteração na oferta ou demanda pelo dinheiro vai gerar uma alteração em todos os bens da economia, em momentos de crise o artifício inflacionário é muito usado pelo Estado por que é uma forma de manter seus gastos, sendo mais simples manter a inflação do que aumentar a tributação- que é algo mais nítido para a população- sendo a inflação algo que vai resolver o problema estatal no curto prazo e que só será sentido anos depois, diferente do aumento da tributação que pode gerar consequências imediatas de revolta populacional e de popularidade por parte do governo que está no poder. (GELLER, 2020)

Por conta disso temos o costume de ver representantes governamentais culpando empresários e outras classes pelo aumento dos preços, mas como firmou Hazlitt (2013) a inflação é criada pela expansão monetária realizada pelo Estado através dos Bancos Centrais e isso geralmente ocorre por conta dos “*déficits*” causados por um governo muitas vezes crescentes e incapazes de serem pagos unicamente com os impostos pagos à sociedade, para se ter uma ideia, se não houver uma expansão monetária e os empresários simplesmente aumentarem seus preços o resultado será simplesmente uma redução nas vendas, pois as pessoas não terão dinheiro para pagar por esses preços mais altos.

Para Mises (2009) por isso verifica-se que uma das consequências das medidas inflacionárias é logicamente o aumento dos preços e a partir disso a população passa a reclamar desses altos preços, então uma atitude é tomada pelo Estado, a de intervir novamente na economia, mas agora com o controle de preços.

Um fenômeno inflacionário, atual é o venezuelano. Como afirmou Singer (2020), no ano de 2019 a Venezuela teve uma inflação de 9.585%. O preço dos alimentos está 80 vezes maior e dos remédios 180 vezes maior.

Segundo Niemietz (2017) até o ano de 2013 a Venezuela era um exemplo de prosperidade do socialismo, tanto é que pôs em prática várias ideias socialistas das quais se destaca o controle de preços, impressão desmedida de dinheiro e como consequência de tais medidas o impedimento do livre mercado, o resultado dessas decisões econômicas e outras políticas é a falta de alimentos, moeda desvalorizada e preços cada dia mais altos.

3.2. Elementos responsáveis pelos ciclos econômicos

Conforme afirma Rothbard (2012) uma economia de livre mercado passa por flutuações, que é diferente de ciclos econômicos, as flutuações são mudanças contínuas na sociedade que vão acontecer e os empreendimentos que dão certo normalmente são aqueles que preveem as mudanças da forma mais precisa possível, pois a preferência dos consumidores muda, assim como a força de trabalho, isso faz com que não tenhamos uma atividade econômica estável, sendo essas flutuações presentes em nosso cotidiano. Nessa seção desenvolveremos uma análise dos principais agentes responsáveis na criação dos ciclos econômicos e da inflação.

3.2.1. A poupança e os bancos

Em economia um dos principais assuntos estudados é a escassez, a partir desse tema diversas teorias econômicas são baseadas e toda teoria econômica implicitamente ou explicitamente tem que considerar tal tema, pois como afirmou Mahoney (2008) nem sempre é possível para um indivíduo ou sociedade a realização de determinados projetos por conta da limitação de recursos existentes.

Considerando essa limitação de recursos verifica-se que é necessário utilizar do trabalho que combinado aos recursos disponíveis resultará em uma produção, que vai atender parcialmente os desejos de um indivíduo ou sociedade, entretanto não satisfeito com a dada produção é natural que se busque formas mais produtivas.

Segundo o pensamento de Rallo (2020) a visão keynesiana estimula o consumo e afirma que tal atitude é o motor para a economia, pois impulsiona a demanda e gera aumento na produção, há ainda o argumento de que ao aumentar o nível de poupança não haveriam consumidores de bens de capital e muito menos de bens de consumo.

Entretanto Iorio (2011) afirma que ao poupar os indivíduos não estão abrindo mão da sua demanda, mas estão postergando parte de seu consumo; visto que é impossível alguém viver sem consumir; então por mais poupador que o indivíduo seja haverá ao menos uma demanda mínima para manter suas necessidades básicas, além de uma demanda futura que ocorrerá, por que as pessoas poupam pensando em consumir no futuro.

Soto (2010) afirma que para uma país ser capaz de produzir bens de capital ele necessita da poupança, pois através da poupança que os bancos vão expandir suas reservas e assim realizar uma expansão monetária, podendo emprestar mais dinheiro a juros mais baratos para possibilitar empreendimentos que não seriam possíveis no longo prazo simplesmente com o capital próprio dos empresários.

Conforme afirmou Mahoney (2008) para que sejam possíveis processos de produção mais longos e mais produtivos se faz necessário uma redução no consumo atual por parte de uma sociedade e isso ocorre por meio da poupança, que possibilitará tais empreendimentos de longo prazo.

Para Beltrão (2014) o fato da existência do Banco Central é sinônimo de ineficiência, um monopólio estatal protegido e que não precisa prestar conta a ninguém, além disso, se torna crime não aceitar transacionar com a moeda emitida por tal órgão, mesmo que ela esteja desvalorizada.

Ao explicar sobre a crise de 1929 Rothbard (2012) afirma que o fato da existência de um Banco Central faz com que os demais bancos privados deixem de se guiar por suas reservas individuais e agora todos os bancos estão atados às regulações desse órgão máximo. Hayek (2010) diz que sem a intervenção de um Banco Central os bancos privados teriam incentivos a conduzir seus negócios sempre num patamar em que seja possível para os depositantes trocar seus depósitos em conta corrente por dinheiro.

Além disso Rothbard (2012) defende que os bancos têm incentivos para expandir suas reservas fracionárias por conta do Banco Central que se intitula prestador em última instância, ou seja, os bancos emprestam mais dinheiro e se precisarem de ajuda segundo Beltrão (2014) o Banco Central entra e salva esses bancos do seu colapso, visto que é esse órgão o responsável por criar dinheiro e assim o fará em último caso para salvar os bancos que fizeram uma expansão de crédito.

Como já adiantado anteriormente os bancos têm um importante papel para o desenvolvimento de uma sociedade, a atitude dos bancos realizarem empréstimos se utilizando da poupança que há em suas reservas isso traz benefícios enormes para uma sociedade, contudo existe uma prática habitual dos bancos que é a de utilizar reservas fracionárias, o que significa que os bancos emprestarão dinheiro a quem solicitar, entretanto ele não terá 100% de sua reserva daquelas pessoas que depositaram em seus cofres, ou seja, se alguma situação atípica acontecer num

determinado país e boa parte da população for sacar dinheiro muitas pessoas não terão como realizar tal saque, pois os bancos contam que isso não acontecerá e isso é o motivo pelo qual boa parte dos economistas austríacos acreditam que ocorrem ciclos econômicos, pois os bancos são capazes de realizar empréstimos e “criar” um dinheiro sem lastro, isso gera consequência que veremos posteriormente ao falar sobre taxa de juros. (ROTHBARD, 2010)

3.2.2. Taxa de juros

Após entender os motivos pelos quais os bancos realizam expansão monetária e o quão importante é a poupança no processo de desenvolvimento econômico agora é preciso destacar a função da taxa de juros para a economia.

Para Ebeling (2012) a taxa de juros é o fator econômico que equilibra a propensão das pessoas a consumir ou a poupar, além de ser também o preço no tempo, pois é a taxa de juros que corrige a inflação, pois ao comprar no futuro é comum que se tenha um aumento nos preços, mas ao poupar por meio da poupança esse dinheiro estará submetido a uma taxa de juros que corrigirá o valor do dinheiro no futuro.

Iorio (2011) afirma que quanto maior for a preferência por consumir no futuro menores serão os juros numa economia, dessa forma percebe-se que existe uma taxa de equilíbrio natural, baseada na oferta e demanda dos indivíduos em gastar no presente ou no futuro.

Entretanto, a taxa de juros sempre foi algo regulamentado e em poucas situações da história é possível contemplar situações em que a taxa de juros foi deixada variar de acordo com a livre interação de mercado, sendo geralmente taxas artificiais, esse é o ponto chave para entender os ciclos econômicos. (SENNHOLZ, 2014)

Como afirmou Mahoney (2008) a primeira forma de fazer uma expansão na oferta de crédito é através do aumento da poupança, tendo um nível maior de poupança os bancos terão maiores reservas disponíveis para realizar empréstimos e isso acarretará num maior nível de empréstimo que acontecerá na economia para financiar projetos de longo prazo que antes não eram viáveis sem que houvesse uma poupança para basear isso tudo, fazendo com que as pessoas tivessem mais acesso

ao dinheiro e que houvesse uma redução dos juros. A segunda forma de reduzir a taxa de juros é através da expansão monetária.

Mises (2010) afirmou que a partir do momento que os bancos começam a criar meios fiduciários sem lastro no ouro ou nas contas-correntes acontece uma extensão de crédito além dos limites dos fundos confiados pelos clientes a esses bancos, essa extensão de crédito é a segunda forma de realizar uma redução na taxa de juros.

Entretanto, como já vimos, para Hazlitt (2013) a inflação ocorre por conta da expansão monetária realizada por parte dos bancos, com a premissa de que em último caso esses bancos serão salvos pelo Banco Central no caso de não haver reservas disponíveis, dessa forma percebe-se que ao mesmo tempo que uma expansão monetária reduz a taxa de juros, o que é benéfico para a sociedade, ela aumenta a inflação e desvaloriza a moeda corrente, o que no longo prazo é desastroso, pois para Ebeling (2012) uma redução artificial na taxa de juros inevitavelmente resultará em ciclos econômicos.

Como se verifica nessa seção o problema dos ciclos econômicos não está simplesmente na taxa de juros, mas nos fatores que estão envolvidos na redução de tal taxa, segundo Beltrão (2014) a expansão monetária por meio dos bancos forma um cartel junto ao Banco Central que os impede de concorrer entre si permitindo que pratiquem as reservas fracionárias e garantindo salvação dos bancos comerciais em último caso, esse é o principal meio de gerar as inflações.

No capítulo seguinte será visto de forma detalhada como ocorrem os ciclos econômicos e apesar da breve apresentação também será verificado como os bancos, a poupança, a taxa de juros e a intervenção estatal interferem para a ocorrência desses ciclos, agora não tratando cada um deles particularmente, mas de maneira conjunta.

4 O ÚLTIMO FATOR E OS CICLOS ECONÔMICOS

Nesse último capítulo será realizada uma análise do principal fator causador dos ciclos econômicos na visão dos economistas austríacos, tal fator já se fez notável nas demais seções, entretanto terá um papel de destaque nesse capítulo. É a intervenção estatal, será verificado que toda economia pode funcionar sem que

haja intervenções do Estado e serão analisados os danos que a entrada do Estado nos setores econômicos causa, logo em seguida os fatores e agentes citados nos capítulos anteriores serão retomados com o intuito da realização de uma análise do que são os ciclos econômicos, como evitá-los e por que eles existem.

4.1. Intervenção Estatal

Para Mises (2010) “a única função legítima do governo é, precisamente, produzir segurança.”. O motivo para Mises (1881-1973) numa série de palestras na Argentina fazer esse tipo de afirmação não é simplesmente por atitudes isoladas do Estado, mas uma crítica a atitudes mínimas que parecem ser benéficas ou até mesmo sem consequências econômicas, mas que acabam interferindo diretamente a economia como um todo, principalmente no longo prazo.

Para Soto (2010) a principal justificativa dada para que haja intervenção estatal são as “falhas de mercado”. E para o próprio Soto (2010) a partir do momento que essa intervenção governamental passa a se expandir as leis tradicionais deixam de funcionar como uma referência para o comportamento dos indivíduos que compõem a sociedade, gerando ainda mais falhas de mercado.

Mises (2010) afirma que a diferença entre o socialismo e uma sociedade com o Estado intervencionista é que tal sociedade ainda continua com a economia de mercado, tendo relações comerciais tanto dentro do seu país como com mercados internos, é o caso de muitos países atuais que se dizem capitalistas, mas o governo tem um papel de controle extremo na sociedade e veremos os danos que essa intervenção pode causar a curto e a longo prazo.

Um tema muito abordado na sociedade é a desigualdade. Hülsmann (2016) por meio de um artigo afirmou que não é com a desigualdade natural que devemos nos preocupar, pois algumas classes recebem mais e tem um padrão de vida mais elevado, mas isso ocorre por conta do valor que essas pessoas geram para quem os contrata, portanto, esse tipo de desigualdade é gerado naturalmente e não há nenhum princípio antiético por trás dessas remunerações mais elevadas.

Em suma essa desigualdade é gerada porque pune aqueles que geram menos valor e beneficia quem cria mais valor. Mas para Hülsmann (2016) o debate

deve ser acerca das desigualdades geradas por conta da intervenção estatal, não por meios naturais de mercado.

Ponce (2018) afirma que indicadores que medem desigualdade não são suficientes para dizer se um país é desenvolvido ou não, pois o fato de o país ter maior igualdade entre seus cidadãos pode apenas representar que o pouco que o país tem é bem dividido entre a população e no final todos ficam com pouco, não desprezando tais indicadores como índice de Gini, mas dando ênfase ao fato de que não basta ter uma igualdade de renda se o país não gerar riqueza e não estiver num processo de desenvolvimento contínuo.

Boettke (2014) ainda afirma que o fato do Estado intervir na vida das pessoas não é capaz de abolir ou contribuir no longo prazo para que se tenha uma sociedade bem desenvolvida e quanto mais liberdade existe no mercado mais os produtores irão gerar lucro por atender a demanda dos consumidores, numa sociedade livre os empreendedores ficarão atentos a novas oportunidades possibilitadas via inovação tecnológica que virão a acontecer por causa da concorrência, o que é benéfico para o consumidor que terá preços mais acessíveis e para o produtor que melhor atender as demandas dos consumidores, o que é muito justo, visto que uma pessoa merece receber mais que outra pelo fato dela gerar mais valor para sociedade.

Barbieri (2013) fala sobre a crítica dos economistas clássicos a alta intervenção do Estado na economia que ocorreu no período mercantilista em que é perceptível uma intervenção estatal constante na economia e por isso tais economistas decidiram abordar a ideia de Estado mínimo e Laissez-faire. Entretanto os pensadores socialistas- posteriores aos clássicos- diziam que o Estado é uma instituição interessada no bem-estar de toda sociedade.

Segundo Roque (2016) muitos veem o Estado dessa forma e apesar de reconhecerem o Estado como uma instituição falha é essa instituição que garante que não haja uma pobreza mais profunda

Entretanto o que raramente acontece é que as pessoas não enxergam atitudes estatais como uma forma de piorar a vida da população e por esse motivo muitas pessoas acreditam que os males da sociedade surgem naturalmente ou por maldade dos empresários capitalistas e o Estado surge como o salvador de todos com medidas assistencialistas, quando na verdade o próprio Estado, na maioria das vezes, com suas atitudes causa o aumento da pobreza por meio de intervenções e surge com soluções baseadas em mais intervenção.

Segundo o próprio Roque (2016) alguns questionamentos acerca do Estado devem ser feitos, um deles é por que o Estado tem o monopólio da moeda corrente e por que ele destrói o poder de compra dessa moeda? A desvalorização de uma moeda geralmente ocorre por conta de expansão monetária por parte dos bancos, incentivado pelo Estado, mas essa medida estatal é tão sutil que raramente é percebida pela população, mas isso gera inflação e destrói o poder de compra dos mais pobres que são os que mais sofrem com essa expansão monetária, sendo os bancos e os empresários que geralmente levam a culpa, além do controle de preços, medida muito usada pelo Estado.

Mas Mises (2010) fala que o Estado deveria prevenir distúrbios que poderiam acontecer nas relações de comércio, porém acaba interferindo no próprio mercado impondo condições e controles em relação ao funcionamento da economia obrigando os empresários a alocar de maneira diferente seus recursos em relação a forma que seria alocado se não houvesse uma interferência por parte do Estado em tais relações econômicas.

Hayek (2010) afirma que os indivíduos trabalham com o intuito de obter dinheiro para que através dele seja possível optar pelo que comprar e como melhor desfrutar dos benefícios desse esforço.

A partir do momento que o Estado pratica o controle de preços, o consumidor perde esse direito, pois com o dinheiro as pessoas pobres da atualidade têm uma vasta possibilidade de compras, coisa que não era possível nem aos ricos de séculos anteriores, mas a partir do momento que existe um “planejador” que vai dizer para toda sociedade o que é e o que não é importante, através do controle de preços e forçando as pessoas a comprar um determinado produto e excluindo uma liberdade básica isso tudo com o discurso de que tal intervenção ocorreu para um bem maior.

Com tais medidas se tem a impressão de que o Estado decide melhor do que os produtores e os consumidores qual será o preço de um bem, isso desconsidera totalmente a noção de oferta e demanda por um produto, além de desconsiderar a inflação, prejudicando a sociedade cada vez mais no curto e longo prazo.

Para Mises (2010) o fato de o Estado acreditar que decide melhor do que as pessoas como devem ser realizados seus projetos, qual o preço ideal para os preços dos bens numa economia e se o Estado é capaz de saber o que é melhor para os indivíduos do que eles próprios o Estado deveria determinar os objetivos de

cada integrante da sociedade, mas sabemos que isso não é a coisa certa a se fazer, pois numa economia com maior liberdade as pessoas são incentivadas a empreender e conforme isso acontece uma maior quantidade de ideias surge o que faz a vida das pessoas melhorarem por conta dos ganhos tecnológicos e produtivos que a ação empreendedora proporciona.

É possível perceber isso em países com menos burocracia e maior liberdade, como os EUA, segundo Vaccaro (2020) um ambiente totalmente propício para o empreendedorismo e para o surgimento de novas ideias, em que 51% do PIB norte-americano é gerado por pequenas empresas e 48% da força de trabalho é empregada nessas pequenas empresas. Isso mostra que um Estado que incentiva o empreendedorismo e que simplesmente previne distúrbios que podem acontecer no comércio é muito mais eficiente que um intervencionista.

Mises (2010) afirma que a sociedade como um todo concorda que deve haver interferência estatal, afirmando que simplesmente pelo fato de haver policiais nas ruas isso já é uma forma de intervenção. Mas na verdade ao falar de interferência estatal na sociedade se refere a intervenção no mercado.

Para Mises (2010) a intervenção não ocorre nesses casos, mas sim a partir do momento que o Estado quer fazer além de impedir assaltos e fraudes e começa a interferir na economia e no controle dos mercados com o pressuposto de que será benéfico para a sociedade, quando na verdade sabemos os danos do intervencionismo e de um Estado grande com várias funções.

Barbieri (2013) ainda afirma que o Estado por sua vez quando passa por crises intervencionistas acabam recorrendo a ações que vão de encontro com seus próprios ideais expansionistas e passam a utilizar de políticas contracionistas com a redução da atividade do Estado, privatizações, entretanto o Estado mínimo geralmente não perdura por que resultados de ações do Estado em períodos expansionistas permanecem na sociedade mesmo no período de contração o que faz o Estado preferir voltar a seu patamar expansionista relatando os problemas deixados pelas próprias atitudes intervencionista.

O resultado disso é mais intervenção e ciclos econômicos, e é isso que será verificado na próxima seção.

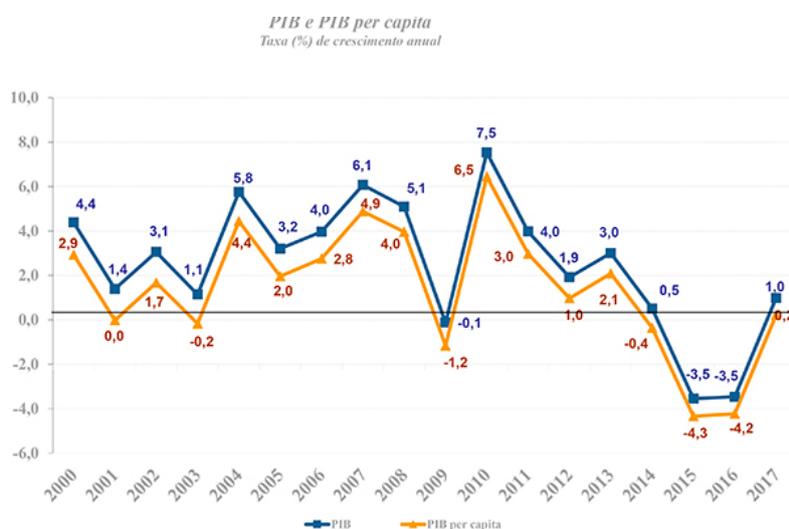
4.2. Os ciclos econômicos

Nessa seção serão analisados os ciclos econômicos de maneira mais direta com a interação de todos os fatores que contribuem para fazer acontecer tal fenômeno.

4.2.1. Expansão de crédito e contração dos juros

É nítido que os ciclos econômicos são um fenômeno que preocupa toda humanidade e muita gente já tentou explicar esse fenômeno. Os ciclos também estão presentes no Brasil, conforme a imagem abaixo mostra um dos indicadores, PIB e PIB per capita do Brasil entre 2000 e 2017, a imagem mostra que é comum ter bons resultados e rapidamente resultados ruins em um espaço de tempo relativamente curto.

Figura 1 – PIB e PIB per capita do Brasil (2000-2017)



Fonte: Agência de notícias IBGE, 2018⁹.

⁹ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>> Acesso em novembro. 2020.

Como é possível perceber através da imagem que demonstra o PIB brasileiro no período entre 2000 e 2017 o Brasil como praticamente todos os países do mundo não cresce a taxas constantes e em questão de poucos anos vai de um “boom” a um “*bust*” ou até mesmo o inverso, como é o caso brasileiro entre 2009 com um PIB per capita de -1,2% e no ano posterior, 2010, um PIB per capita de 6,5%, o caso contrário verificamos entre 2007 e 2008, com valores bons de PIB acima de 4% e em 2009 uma queda para -1,2%.

Talvez alguém possa questionar que em 2008 houve a crise mundial e por isso em 2009 tivemos essa queda brusca no PIB, mas tal crise não explica as quedas de 2015 e 2016, através dessa seção será realizada uma análise sobre os ciclos econômicos e os motivos pelos quais eles acontecem. Iniciando pelo entendimento da intervenção estatal por meio do Banco Central.

Rothbard (2010) falou que atualmente se utiliza dinheiro tanto de forma física como digital, se alguém fizer um depósito de um determinado valor e quiser resgatá-lo o banco terá que ir ao Banco Central e resgatar para então devolver o dinheiro, pois os bancos mantêm obrigatoriamente um valor depositado na conta do Banco Central, o que chamamos de depósito compulsório, para garantir que os bancos possam pagar a quem quiser seu dinheiro de volta. Entretanto Iorio (2011) questiona que se todos quiserem sacar esse dinheiro não é possível, por conta das reservas fracionárias.

Segundo Reis (2018) essas reservas são uma parcela do dinheiro depositado nos bancos comerciais que fica guardado caso o depositante queira sacar. Isso por que os bancos não mantêm em sua totalidade o valor depositado, apenas essa reserva, todo restante pode ser múltiplas vezes emprestado.

Segundo Roque (2016) pelo fato de os bancos terem a forma de dinheiro físico ou digital ao realizar um empréstimo a um indivíduo na sociedade o que acontece é o acréscimo de alguns dígitos na conta do tomador de empréstimo, fazendo com que se aumente a quantidade de dinheiro na economia. Existem duas modalidades de crédito no país o livre e o direcionado¹⁰.

Ambas modalidades geram inflação, mas a direcionada também aumenta a dívida do governo federal, pois é empréstimo realizado com juros inferiores à SELIC,

¹⁰ Crédito livre é a operação de empréstimo bancário em que o banco concedente do empréstimo determina a taxa de juros operante, já o crédito direcionado são empréstimos realizados com juros abaixo da SELIC, operação realizada no Brasil pelo BNDES.

ou seja, para conseguir fazer esse empréstimo, com um baixo retorno, o Governo Federal tem que se endividar vendendo títulos da dívida pública para arrecadar esse dinheiro e emprestar de maneira direcionada.

Considerando que em uma economia tem-se um Banco Central recolhendo o depósito compulsório e que se utiliza dinheiro de forma física e digital os bancos podem aumentar sua capacidade de fazer empréstimos simplesmente por meio desses empréstimos que como falado pode ser baseado no aumento de poupança ou tradicionalmente por meio da expansão monetária e de crédito.

Essa expansão de crédito não faz simplesmente que se aumente a capacidade produtiva de uma economia, mas os meios de produção e o trabalho foram empregados em novos empreendimentos e tirados de outros, os banqueiros terão mais incentivos a correr riscos e realizar tal expansão, pois se ficarem com problemas financeiros serão salvos pelo Banco Central. (INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES, 2019)

Tem-se como exemplo a vitrina quebrada, segundo Hazlitt (2010) por um momento se imagina que o fato de a vitrina ter sido quebrada foi bom para a economia, pois o vidraceiro estaria recebendo para fazer uma nova vidraça, porém o alfaiate deixaria de receber, pois os recursos que estariam sendo usados para comprar uma roupa nova estão sendo usados para consertar uma vidraça, os recursos simplesmente não surgiram do nada, pelo contrário, migraram de um lugar para o outro.

Segundo Mises (2010) isso não será percebido até que se tenha uma estagnação da expansão de crédito por meio dos bancos levando o país a uma depressão ou os bancos permanecerão aumentando o crédito o que vai resultar em uma altíssima inflação e uma depressão econômica ainda mais profunda.

Mises (2010) afirma que naturalmente as pessoas preferem bens que estejam disponíveis no momento do que bens futuros, é natural que se um indivíduo comprar um bem para recebê-lo daqui a um ano esse bem será mais caro do que o mesmo bem que será recebido apenas daqui a cinco anos. Pelo fato de o consumidor estar disposto a esperar esses cinco anos para possuir o bem ele custará menos em relação ao bem que chegará em um ano, esse desconto que ocorre na economia de mercado nas transações monetárias são os juros.

A taxa de juros é essencial para o cálculo econômico, ao abolir ou mexer nos juros artificialmente todas as preferências do consumidor serão mudadas; uma

pessoa que compraria esse bem para receber daqui a cinco anos por pagar menos agora optará por comprar para receber o mais rápido possível, no caso da ausência de juros, isso modificaria toda preferência intertemporal dos consumidores e podemos considerar que quanto mais próximo de zero esse juro está mais as pessoas terão incentivos a realizar seus projetos o mais imediato possível, pois em suas análises estarão pegando um crédito com taxas de juros irrisórias.

Segundo Mahoney (2008) a redução dos juros deveria acontecer através da poupança para que fosse sustentável no longo prazo, mas quando criada através de expansão monetária a economia tem uma redução artificial dos juros.

O grande responsável pelos ciclos econômicos são as taxas de juros artificialmente reduzidas, tanto por conta da emissão de mais moeda por parte do Banco Central, ou seja, por conta da expansão de crédito sem lastro em poupança por parte dos bancos.

Mises (2010) aponta o culpado por essa redução dos juros, ele afirma que ao aumentar ou diminuir a quantidade de moeda é possível aumentar ou diminuir a quantidade de moeda ofertada no mercado de crédito e isso aumenta ou diminui a taxa bruta de juros do mercado, entretanto não houve mudança alguma na taxa de juros original, entretanto os agentes econômicos não entendem assim.

Isso mexe diretamente com as preferências dos consumidores, como afirma Constantino (2009, p.199):

O problema começa justamente quando essas taxas de juros são artificialmente reduzidas, seja por emissões de nova moeda pelo banco central ou de crédito sem lastro no estoque existente de poupança pelos bancos. Com taxas de juros abaixo da "natural", as informações que chegam aos agentes serão distorcidas. Os consumidores irão reduzir a poupança e consumir mais, e os empresários irão aumentar os investimentos. Haverá um desequilíbrio entre poupança e investimento, que passarão a crescer simultaneamente. O crescimento econômico será mais acelerado do que deveria, porém insustentável. Uma oferta de capital inexistente passou a ser encarada como disponível para os investidores. O dinheiro emitido pelo banco central é interpretado pelos agentes como nova poupança, mas na verdade não existe poupança real para sustentar os investimentos que ocorrerão por conta deste erro de informação. (CONSTANTINO, 2009, p.199)

Segundo Rothbard, (2012) uma mudança no comportamento da sociedade, sendo incentivada a consumir mais e tomar empréstimos para realizar projetos que não eram antes viáveis, mas isso vem através de índices irrealistas e veremos a consequência disso quando falarmos do período de prosperidade que tal acontecimento causa no curto prazo.

Mesmo com ações tão sutis e talvez imperceptíveis para a maioria da sociedade cria-se um cenário de prosperidade ligeiramente, culminando em ciclos econômicos com períodos de prosperidade intensa e depressão também intensa, analisaremos algumas fases nas seções seguintes para entender os resultados dos ciclos econômicos que acontecem por conta da intervenção do Estado, isso tudo sob uma análise da Escola Austríaca de economia.

4.2.2. Prosperidade social e investimentos de longo prazo

Peringer (2011) afirma que ao reduzir a taxa de juros artificialmente haverá um descompasso entre poupança e investimento, o que para ele sempre terá relação, pois sem poupança é impossível ter investimentos, esses investimentos serão melhor investigados a seguir, segundo Iorio (2011) tal ação de reduzir juros geralmente é sustentada pelo argumento keynesiano de que quanto menor a taxa de juros maior os investimentos e conseqüentemente maior será a demanda, o que é benéfico para a economia e realmente teremos incentivo a investimentos de longo prazo, mas isso não ocorre de maneira sustentável, pois é baseado em taxas artificiais.

Como afirma Rothbard (2010) esse impacto de mais moeda emitida será sentido aos poucos e o preço das coisas só irão aumentar a medida que esse novo dinheiro é distribuído para a sociedade e isso acaba interferindo na preferência temporal que o indivíduo terá em relação a consumir e a poupar, tendo uma falsa impressão de que as pessoas estarão mais propensas a consumir por terem mais dinheiro disponível, isso causará distorções nas políticas públicas que serão feitas baseadas nesse pressuposto errôneo de que as pessoas têm como desejo consumir mais no presente a poupar.

Entretanto Mises (2010) afirma que quando há uma queda artificial da taxa de juros sem que haja um aumento na poupança temos uma medida inflacionária

responsável por tal redução na taxa de juro, isso é causado pela emissão de moeda para compensar esse descompasso na poupança, gerando a "poupança forçada", e as reservas fracionárias bancárias que serão responsáveis por aumentar a quantidade de dinheiro na economia, gerando um boom imediato na economia.

Segundo Mises (2010) isso tudo sob uma inflação que não é percebida nos índices, mas é certo que tempos depois virá à tona. Essa inflação ocorre porque interfere na moeda que é um bem na economia que tem relação com todos os demais bens e quanto mais se tem de um bem na economia menor será seu valor, ou seja, esse bem fica desvalorizado e com a moeda desvalorizada necessariamente precisar-se-á de mais moeda para comprar bens no comércio.

Segundo Hülsmann (2016) quando o governo reduz a taxa de juros e aumenta a emissão de moeda os primeiros privilegiados são as indústrias de bens de capital. Entretanto Lorio (2011) afirma que para que essas indústrias de bens de capital se desenvolvam é preciso poupar para no futuro realizar tais projetos, pois são projetos caros e de longo prazo que demandam muito dinheiro e esforço e a partir do momento que se criam informações incorretas para os empreendedores e possibilidade de crédito mais barato os empresários passarão a desejar realizar projetos que antes eram inviáveis, principalmente na área de bens de capital.

Para Lorio (2011) os preços dos bens de capital tenderão a crescer, por conta da atratividade que haverá em investimentos de longo prazo, os indivíduos envolvidos com o setor de bens de capital terão um aumento de suas rendas e isso acarretará maior consumo de bens e um excesso de demanda por bens de consumo.

Para Carden (2008) os projetos que antes eram inviáveis com a taxa natural de juros sem intervenção estatal continuam sendo inviáveis, mas dessa vez as pessoas acham que é viável, o que se torna um perigo para a economia no longo prazo.

Conforme afirmou Hülsmann (2016) os vencedores no processo de expansão monetária serão os setores que receberam o dinheiro primeiro e os demais setores que mais demoraram a receber serão os prejudicados.

Por outro lado, haverá indústrias de bens de capital ainda inacabadas, tendo assim uma escassez de oferta, aumentando também a relação consumo/poupança, pois as pessoas estarão mais propensas a consumir, tal desequilíbrio para os austríacos sempre ocorre porque uma expansão monetária vai desestruturar as

preferências intertemporais dos indivíduos e toda estrutura de produção, havendo um desequilíbrio entre a oferta e a demanda por conta de tal redução artificial da taxa de juros. (IORIO, 2011)

Com esses índices artificiais os empreendedores é quem são os maiores prejudicados, conforme afirmou Hoppe (2018) os fracassos por parte dos empreendedores não acontece apenas por falta de sorte, mas principalmente por conta da capacidade empreendedora dos indivíduos e essas pessoas que conseguem empreender devem ser vistas e conhecidas, pois é através de suas inovações que teremos um aumento na produtividade do país e é o que de fato fará a diferença para a situação econômica, por isso se faz necessário que a economia apresente índices reais para a análise dos empreendedores, o que dificilmente ocorrerá com um Estado intervencionista. Principalmente com a taxa de juros em situações como as listadas anteriormente, essa taxa de juros reduzida artificialmente fará com que esses empresários façam prospecções infundamentadas.

Para Sennholz (2014) após a expansão monetária e a queda artificial dos juros muita gente vai querer tomar dinheiro emprestado, pois com a taxa de juros menor as preferências são mudadas e o consumo ocorrerá preferencialmente o mais rápido possível, pois eram os juros que impediam as pessoas de fazer empréstimos de grande valor, ou seja, as pessoas preferiam poupar do que consumir, mas agora tomar dinheiro está mais barato, fazendo com que os consumidores aumentem a demanda por bens de consumo e os empreendedores por bens de capital.

No curto prazo investimentos de longo prazo serão realizados e melhora em vários indicadores da economia serão percebidos. A taxa de desemprego cai, pois, as indústrias de bens de capital passam a empregar mais pois tiraram seus projetos do papel e, além disso, os salários aumentam.

Nesse período toda população fica feliz, o presidente é ovacionado e todos passam a acreditar que o país finalmente “tem jeito”, as pessoas agora têm orgulho de ter nascido naquele país e até os mais velhos afirmam nunca ter vivido algo parecido, agora o consumo aumentou e os keynesianos acreditam que por isso a sociedade está mais próspera, entretanto Kraus (2011) afirma que não é o baixo nível de consumo o problema de uma economia, mas sim o baixo nível de poupança.

Segundo Rallo (2020) podemos ter como exemplo uma pessoa que poupa e uma pessoa que gasta todo seu salário e ambas recebem o mesmo valor, no presente (curto prazo) parece que o indivíduo que gasta todo seu salário está muito bem e feliz,

mas daqui a alguns anos o que estava poupando aparece com um carro do ano e com uma casa própria, enquanto o outro está afogado em dívidas, isso não tem relação com a riqueza de um ou do outro, mas sim como se administra o dinheiro disponível, esses investimentos precisaram de mais tempo para sair do papel na vida de quem economizou por muito tempo, mas saíram, por que se criam ideias de que é muito simples fazer uma sociedade prosperar economicamente, mas não tem atalho e não é simples, por isso muitos ainda.

Hazlitt (2010) afirma que economistas considerados brilhantes ainda nos dias atuais condenam a poupança e apoiam que a sociedade consuma desenfreadamente em nome da salvação econômica do país e quando alguém alerta sobre isso a típica frase de Keynes é dita “A longo prazo estaremos todos mortos”, quando na verdade já se está sofrendo as consequências de longo prazo, consequências de políticas passadas, de um passado mais distante ou mais recente.

É por isso que Hazlitt (2010) já inicia seu livro “Economia em uma única lição” fazendo uma crítica e dividindo os bons dos maus economistas, afirmando que os maus economistas não estão interessados no longo prazo, quando na verdade as consequências a longo prazo de uma política podem ser evidenciadas dentro de meses, outras dentro de anos e até depois de décadas, mas é certo que irão surgir e o bom economista deve se preocupar com isso.

Diferentemente disso vê-se uma preocupação demasiada com políticas de curto prazo e altamente inflacionárias e prejudiciais no longo prazo, a exemplo a própria redução artificial da taxa de juros gerando a inflação galopante que será possível perceber apenas no longo prazo.

4.2.3. O declínio econômico e a inflação

Ebeling (2011) diz que com a taxa de juros baixa cria-se uma prospecção de que o custo dos empréstimos está barato, considerando a taxa de retorno do investimento feito, isso ocorre por que a taxa de juros funciona não apenas como uma medida de custos, ou seja, de quanto os empresários irão pagar de juros se tomarem empréstimo, mas essa taxa de juros permite que se estime a rentabilidade de um projeto de longo prazo.

Segundo Ebeling (2011) uma taxa de juros baixa cria um estímulo para realizar projetos e investimentos com prazos mais longos almejando oportunidades lucrativas em um futuro mais distante. Se não ocorresse esse aumento na oferta monetária não haveria uma redução artificial e temporária na taxa de juros e esses investimentos não teriam sido iniciados pois não haveria a impressão de viabilidade desses projetos de longo prazo.

Através dessa análise percebemos que a economia parece caminhar bem com a expansão monetária que ocorreu, entretanto, o mal que aflige os empresários que estão analisando suas possibilidades é a inflação que está por vir.

Como os preços são uma forma de guiar as decisões dos empresários e com esse sistema de preços desregulado por conta da intervenção estatal e a criação desse dinheiro com uma continuidade da expansão de crédito com a desculpa de que irá manter a economia "aquecida", até que ao perceber que os seus bens não terão demanda, como ocorreu em 1929, segundo Rothbard (2012) por conta de grande intervenção estatal nos anos 1920 a partir de 1929 foi percebido que não haveria demanda para os bens vendidos pelos empresários e isso causou a reação por parte dos empresários de cancelar obras, demitir funcionários, aumentando o desemprego e reduzindo o consumo, isso causou uma recessão na economia por conta dos indicadores não reais que os empresários tinha como referência para realizar seus empreendimentos.

Rothbard (2012) afirma que esse dinheiro que entrou na economia por meio de uma expansão de crédito e possibilitou investimentos antes inviáveis gerando aumento de salários, mas quando esse dinheiro passar por toda a economia as pessoas tenderão a voltar a ter seus hábitos de consumo/poupança que tinham antes e com o tempo a economia vai se estabilizar, porém agora com uma inflação maior do que tinha antes da expansão monetária.

Para não parar com o "crescimento" é comum que se estimule medidas expansionistas de forma contínua por parte dos governos, incentivando bancos a criar mais dinheiro ainda, fomentando os setores de um lado, porém aumentando cada vez mais a inflação do outro, foi o que ocorreu no Brasil em 1970, um "Milagre Econômico" nunca visto, mas que gerou em anos posteriores uma das maiores crises inflacionárias já vistas no nosso país. (INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES, 2019)

Segundo Hülsmann (2016) as pessoas que primeiro receberam esse dinheiro advindo da expansão monetária serão as mais beneficiadas, pois comprarão bens na economia ainda a um valor não inflacionado, mas a partir do momento que esse dinheiro vai sendo distribuído na economia os preços vão aumentando, pois com mais dinheiro a inflação começa a subir assim como o salário das pessoas e a moeda passa a ficar mais desvalorizada, mas pelo fato desse dinheiro chegar primeiro a um grupo de pessoas e empresas, esses agentes serão mais beneficiados do que os demais, ou seja, aqueles que receberão o dinheiro depois ou até mesmo os que não chegarão a receber esse novo dinheiro, um exemplo disso no Brasil é que o crédito concedido via bancos estatais chegam primeiro às empresas preferidas do governo, isso a juros subsidiados por meio de impostos. É com esse tipo de desigualdade que a sociedade deve se preocupar, pois poderia ser evitada, mas ocorre por conta da intervenção.

Mises (2010) afirma que a expansão de crédito por parte dos bancos continuará acontecendo e a população continuará tendo a sensação de crescimento, pois ainda estará chegando dinheiro em suas mãos, no entanto se os bancos optassem por interromper essa expansão de crédito seria mais fácil conter o colapso da moeda, mas essa medida fará com que as falsas impressões causadas por conta da expansão de crédito sejam percebidas com mais veemência e também será percebido que esses investimentos realizados foram injustificados e só foram iniciadas por conta da queda artificial da taxa de juros e só foram sustentadas por conta do aumento artificial dos preços.

Segundo Hayek (2011) as más alocações de recursos e os erros empresariais decorrentes do aumento da quantidade de dinheiro na economia é o que gera as recessões e é nessa fase que as realocações corretivas passam a acontecer para que a economia retorne ao seu patamar “normal”.

Com tal situação percebida pelos agentes econômicos os bancos passam a aumentar gradativamente suas taxas de juros a um patamar maior do que no início do “boom”, todavia isso não é suficiente para trazer um novo equilíbrio à economia e parar com o “boom” que vem ocorrendo, pois essa taxa de juros só está maior do que antes aritmeticamente, pois com a inflação muito alta é necessário uma taxa de juros muito elevada para que as pessoas tenham incentivos a parar de consumir. (MISES, 2010)

4.2.4. O fim ou o novo início do ciclo

Chegará um momento que os preços dos bens das indústrias de bens de capital começam a cair até o ponto que essas indústrias entrarão em colapso ao mesmo tempo que temos uma queda no consumo, por conta da redução na renda, isso acontecerá até que a estrutura de produção, considerando o lado da oferta e da demanda, voltem a coincidir, mesmo que em uma posição diferente da inicial, ou seja, chegaremos a um novo nível ideal de oferta e demanda na economia, pois nesse nível não foi o Estado nem tampouco ninguém que subordinou a economia, mas sim a própria lei de oferta e procura, gerando preços saudáveis para a economia, assim como, um crescimento sustentável, entretanto é exatamente no momento que as indústrias de bens de capital começam a entrar em colapso que o Estado surge com uma ajuda para mantê-las.

Hayek (2010) afirma que não se pode viver com inflação e que diferente do que se pensa a inflação gera mais desemprego do que se pretende evitar utilizando medidas inflacionárias, isso porque empregos surgem em períodos inflacionários, mas a partir do momento que a inflação passa a reduzir ou cessar esses empregos somem junto. Ou seja, quanto mais tempo a inflação durar maior será o número de empregos que dependerão da continuação da inflação para continuarem existindo. Temos como exemplo as indústrias de bens de capital que vão contratar mais gente por conta de seus novos projetos que saíram do papel e esses empregos surgiram por conta das medidas inflacionárias.

Pode-se até dizer então que devemos conviver com essa inflação e ter mais empregos e está tudo bem, mas na verdade tentar manter esses empregos que a inflação “criou” é muito maléfico para a ordem do mercado e as opções disponíveis nessa situação é algum desemprego em um futuro próximo ou muito desemprego em um futuro distante e os políticos com o intuito de blindar sua campanha e seu desempenho optam por deixar para depois o período de desemprego e passar para sociedade uma imagem de governo exemplar até que as pessoas percebam essa inflação, o que pode acontecer inclusive quando esse político sair do poder, fazendo-o amado por um povo, enquanto o atual que sofre as consequências e opta por lidar com o desemprego afim de acabar com essa bolha é taxado como irresponsável, pois

novamente volto a dizer, medidas benéficas no curto prazo são muito mais valoradas se comparadas a medidas de longo prazo.

Para Mises (2010) a partir do momento que é sentido a artificialidade que a economia passou e que os agentes passam a entender o que aconteceu a taxa de juros começa a subir muito rapidamente, isso faz com que as reservas em poupança aumentem, entretanto, a depressão ainda continua, isso não é o suficiente. Um fator que vai dificultar a recuperação é a rigidez dos salários, logicamente os sindicatos nesse período contracionista não vão admitir redução de salários, fazendo com que haja um alto índice de desemprego para a população, ou até mesmo pode acontecer o que vem acontecendo em países como a Argentina em 2020, segundo Bloomberg (2020) em que se proibiu a demissão de funcionários e isso vai agravar ainda mais a crise que está sendo passada.

lorio (2015) defende que essa elevação na taxa de juros acarretará em um encolhimento da capacidade produtiva da economia, então temos o início da contração econômica produzindo desemprego especialmente nos setores que foram beneficiados inicialmente, as indústrias de bens de capital com obras inacabadas, pois seus projetos seriam de longo prazo.

Para Hayek (2010) essa análise de que a inflação leva a um aumento do desemprego contraria a teoria keynesiana relacionada com a curva de Phillips, pois nessa dada situação o Estado deve aceitar o desemprego para combater a inflação, ou tomar a medida de aceitar mais inflação para manter os empregos, no entanto se isso ocorrer a bolha que seria estourada nesse momento será postergada e ficará ainda maior.

Hazlitt (2010) afirma que é uma tendência natural humana observar apenas resultados imediatos das políticas realizadas pelo Estado ou até mesmo os efeitos causados sob um determinado grupo, entretanto é de extrema importância analisar as consequências de longo prazo pensando que tal política não pode simplesmente beneficiar uma pequena parcela da população enquanto todo resto da população paga por esse benefício que poucos estão tendo.

Por isso a preocupação com a intervenção estatal, pois não é difícil iludir a população com projetos de curto prazo que a longo prazo serão prejudiciais, pois no início tudo parece estar ocorrendo perfeitamente. Com a medida keynesiana de ajudar as indústrias de bens de capital com subsídios e outros auxílios, essas medidas keynesianas acabam por ser adotadas fazendo a economia voltar ao

mesmo ciclo econômico que outrora já havia passado, por conta da intervenção estatal em ambos os momentos. Para Iorio (2011) fazer a análise dos ciclos econômicos é importante dividir a economia em setores, pois como vimos a produção da indústria de bens de capital flutua muito mais do que as de bens de consumo, isso porque a macroeconomia trata de agregados.

Por isso Mises (1881-1973) escreve sobre a não-neutralidade da moeda, falando que como qualquer outro bem a moeda não é neutra, como falado pela Teoria Quantitativa da Moeda, em que se admite que um aumento na oferta monetária será acompanhada por um aumento proporcional do nível geral de preços, fazendo com que a moeda seja neutra e que esse movimento no aumento da oferta monetária não interfere na produção e nem no nível de empregos, visto que no longo prazo a moeda seria neutra, entretanto, podemos perceber que a expansão de crédito não ocorre de forma uniforme, visto que o dinheiro chega primeiro a determinados setores que são inicialmente beneficiados para depois ser distribuída para a economia. (IORIO, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou manifestar, a partir da ótica dos pensadores da Escola Austríaca, como o Estado interfere na economia possibilitando que os ciclos econômicos; através das políticas inflacionárias; aconteçam. Para melhor entendimento o trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo foi dedicado a falar acerca da história da moeda e um breve apanhado referente à história do pensamento econômico desde os mercantilistas até a crise de 1929, mostrando o anseio social que há- desde o período mercantilista até os dias atuais- por intervenção estatal, debate esse que perdura até atualmente¹¹, com comparações e embates referentes aos pensamentos intervencionistas e liberais.

Passando pelos pensadores clássicos e mostrando em qual momento os economistas austríacos sugeriram, assim como sua relevância quanto às questões econômicas, sendo o primeiro economista austríaco Menger (1840-1921) com sua obra “Princípios de economia política” apresentando a ideia do valor subjetivo e contrapondo as ideias marxistas referentes à teoria do valor trabalho e posteriormente Bawerk (1851-1914) com sua obra “capital e juros” mostrou a importância da taxa de juros para o funcionamento da economia, o que colaborou para que posteriormente toda teoria austríaca contemporânea fosse desenvolvida.

O segundo capítulo buscou entender os fatores que ao serem manipulados, via intervenção estatal com políticas de expansão monetária e de crédito, geram uma visão de mercado distorcida para toda sociedade. Nesse capítulo foram analisados individualmente cada um dos indicadores e agentes que são importantes para compreender o que são os ciclos econômicos e por que são causados.

No terceiro e último capítulo foi apresentado de maneira mais específica os impactos do Estado intervencionista e a relação entre a taxa de juros, inflação e política monetária, mostrando as "etapas"¹² da crise inflacionária causada simplesmente pelo Estado ter interferido no aumento da oferta monetária e os impactos que essa medida tem no curto e longo prazo.

¹¹ Isso é nítido ao percebermos a quantidade de conteúdo que é criado atualmente comparando Keynes e Hayek e até Marx e Bawerk.

¹² As etapas foram usadas porque na realidade não se segue à risca essas etapas, mas foram criadas para melhor compreensão.

A conclusão que se chega após essa análise é que essa expansão gerada pelo Banco Central e pelos bancos comerciais incrementando a oferta monetária, reduzindo artificialmente a taxa de juros e dando uma visão distorcida dos indicadores econômicos para os empresários e para a sociedade é o grande responsável pelos ciclos econômicos, pois é através dessas medidas que as pessoas acreditam ser possível realizar projetos de longo prazo, tomar empréstimos a juros baixos, tudo isso simplesmente pelo interesse do governante em se manter no poder.

Anos depois isso será percebido e será necessário tomar medidas contracionistas como privatização de estatais e reformas econômicas estruturais, mas posteriormente políticas monetárias expansionistas são novamente notadas quando a economia se recupera e é por isso que os ciclos econômicos acontecem.

Para resolver tal problema inflacionário por conta da política monetária estatal a Escola Austríaca apresenta algumas soluções. A primeira delas é destacada por Hayek (2011), o mesmo defende que para evitar que o fenômeno dos ciclos econômicos ocorra se faz necessário acabar com o monopólio da moeda por parte do Estado, o que significa que ele defende a privatização da moeda, com o argumento de que como qualquer mercadoria funciona melhor no livre mercado o mesmo se aplica à moeda. Ulrich (2014) ainda destaca que uma moeda que segue esse padrão é o *bitcoin*, moeda sem intervenção estatal, que não sofre com inflação e vem em constante valorização, esse é um dos motivos pelos quais boa parte dos economistas austríacos defendem que a moeda corrente não deve ser um monopólio estatal.

A segunda solução é dada por Mises (2010) com a ideia de voltar a ter a moeda lastreada em ouro, o que limita o poder do Estado em realizar política monetária e mesmo que o Estado venha a fazer não é capaz de criar a ilusão monetária para os agentes econômicos como causaria com a moeda sem lastro. Rockwell (2010) defende que essa medida é de extrema importância para o controle das contas públicas. Rockwell (2010) afirma que o padrão-ouro- que durou até o governo de Nixon, em 1971 nos EUA- era essencial para o controle das contas públicas e um limitador das medidas monetárias do Estado.

O próprio Rockwell (2010) fala que metais preciosos não podem simplesmente ser criados do nada, por esse motivo o padrão-ouro não é algo desejado pelos governantes, visto que é desejo desses aumentar seus gastos além do que arrecadam. O Estado pode gastar mais aumentando os impostos, no entanto essa medida é facilmente percebida e logo cria um levante popular, a segunda opção é

tomar empréstimos, mas essa medida é também muito perceptível, pois aumenta os juros da economia.

A solução mais simples é a criação de dinheiro. Sabendo de suas consequências os economistas austríacos, tais como Mises (2010), Rothbard (2010) e Rockwell (2010), apoiam o retorno do padrão-ouro para conter a expansão monetária e de certa forma “forçar” o Estado a ter mais responsabilidade com as suas contas para que dessa forma os ciclos econômicos sejam evitados e assim se tenha uma maior estabilidade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, FABIO. **A teoria austríaca do intervencionismo**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/1721/a-teoria-austrica-do-intervencionismo>>. Acesso em dezembro 2020.

BELTRÃO, HÉLIO. **Como o Banco Central poderia operar de acordo com os ensinamentos da Escola Austríaca**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/1966/como-o-banco-central-poderia-operar-de-acordo-com-os-ensinamentos-da-escola-austrica>>. Acesso em dezembro 2020.

BLOOMBERG, M. R. **Proibição de demissões na Argentina agrava crise de emprego**. Exame, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/proibicao-de-demissoes-na-argentina-agrava-crise-de-emprego/>>. Acesso em dezembro 2020.

BOETTKE, PETER. **A intervenção estatal na economia é inevitável?** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1786>>. Acesso em janeiro 2020.

CARDEN, ART. **Expansão do crédito e investimentos improdutivos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2008. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=30>>. Acesso em dezembro 2020.

CARPIO, JUAN F. **O monumental erro comum entre Marx e Smith – erro que mudou o mundo para sempre**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=909>>. Acesso em fevereiro 2021.

CONSTANTINO, R. **Economia do indivíduo: o legado da escola austríaca**. 1ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2009.

EBELING, R. **A teoria austríaca do capital e dos juros**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1105>>. Acesso em outubro 2020.

EBELING, R. **A teoria austríaca dos ciclos econômicos e as causas da Grande Depressão**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=989>>. Acesso em dezembro 2020.

EBELING, R. **Os economistas austríacos que refutaram Marx e sua tese de que o trabalho assalariado é exploração**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2324/os-economistas-austriacos-que-refutaram-marx-e-sua-tese-de-que-o-trabalho-assalariado-e-exploracao>>. Acesso em fevereiro 2021.

GELLER, A. P. **Nosso pesadelo fiscal e monetário não tem fim - e agora em forma de bomba-relógio**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3284/nosso-pesadelo-fiscal-e-monetario-nao-tem-fim--e-agora-em-forma-de-bomba-relogio-atualizado>>. Acesso em dezembro 2020.

HAYEK, F. A. **Desemprego e política monetária**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011.

HAYEK, F. A. **Desestatização do dinheiro: uma análise da teoria e prática das moedas simultâneas**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 6ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HAZLITT, H. **Economia em uma única lição**. 4ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HAZLITT, H. **O básico sobre inflação**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1296>>. Acesso em novembro 2020.

HOPPE, H.H. **A obsessão com o consumo, o desprezo pela poupança e a indiferença ao investimento = atraso**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2906/a-obsessao-com-o-consumo-o-desprezo-pela-poupanca-e-a-indiferenca-ao-investimento--atraso>>. Acesso em dezembro 2020.

HORWITZ, S. **A teoria do valor trabalho ainda assombra a humanidade e segue causando estragos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2540>>. Acesso em fevereiro 2021.

HÜLSMANN, JÖRG G. **Como a expansão monetária orquestrada pelo governo piora artificialmente a desigualdade de riqueza**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2451>>. Acesso em dezembro 2020.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES. **A teoria austríaca dos ciclos econômicos nas crises brasileiras**. Infomoney, 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/ifl-instituto-de-formacao-de-lideres/a-teoria-austriaca-dos-ciclos-economicos-nas-crises-brasileiras/>>. Acesso em novembro 2020.

IORIO, U. J. **A teoria austríaca dos ciclos econômicos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil 2011. Disponível em: <<https://www.ubirataniorio.org/antigo/teoria.pdf>>. Acesso em setembro 2020.

IORIO, U. J. **Ação, tempo e conhecimento: escola austríaca, ciência e humanismo**. Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, 2015.

IORIO, U. J. **Cantilon, os ciclos econômicos e a não-neutralidade da moeda.**

Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. Disponível em:
<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1819>>. Acesso em fevereiro 2021.

KRAUS, W. **Não é o consumo que cria a prosperidade.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/761/nao-e-o-consumo-que-cria-a-prosperidade>>. Acesso em fevereiro 2021.

LOPES, J.C. **Economia monetária.** 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAHONEY, DAN. **A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos: Uma Breve Explicação.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2008. Disponível em:
<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=141>>. Acesso em outubro 2020.

MENGER, C. **Princípios de economia política.** 2ª edição. Lebooks, 2017.

MISES, L. V. **As seis lições.** 7ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2009.

MISES, L.V. **Ação humana.** 3.1ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MISES, L. V. **Intervencionismo, uma análise econômica.** 2ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MISES, L.V. **Uma crítica ao intervencionismo.** 2ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

NIEMIETZ, K. **A causa do colapso da Venezuela não é o preço do petróleo; é o socialismo.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2017. Disponível em:
<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2748>>. Acesso em dezembro 2020.

NORTH, G. **O erro central da teoria keynesiana em uma única frase.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2019. Disponível em:
<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2582>>. Acesso em fevereiro 2021.

PERINGER, A. M. **A estrutura de capital austríaca e a macroeconomia: uma simbiose impossível.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em:
<<https://mises.org.br/Article.aspx?id=947>>. Acesso em dezembro 2020.

POLLEIT, T. **A falácia da (super)neutralidade da moeda.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. Disponível em:
<<https://mises.org.br/Article.aspx?id=454&ac=83046>>. Acesso em março 2021.

PONCE, JOSE. **A desigualdade é um indicador errado e enganoso – concentre-se na pobreza.** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2018. Disponível em:
<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2848>>. Acesso em janeiro 2021.

RALLO, JUAN R. **Por que uma sociedade poupadora enriquece e uma sociedade consumista empobrece**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2665/por-que-uma-sociedade-poupadora-enriquece-e-uma-sociedade-consumista-empobrece>>. Acesso em dezembro 2020.

REIS, TIAGO. **O que é reserva fracionária e como esse sistema atua na expansão da base monetária**. Suno Research, 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/reserva-fracionaria/>>. Acesso em dezembro 2020

ROCKWELL, L. **O padrão ouro nunca morre**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=830#:~:text=Bem%20vindo%20%C3%A0%20era%20do,muito%20al%C3%A9m%20de%20qualquer%20razoabilidade>>. Acesso em fevereiro 2021.

ROSSETTI, J.P. **Introdução à economia**. 17ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

ROQUE, L. **Por que o Banco Central é a raiz de todos os males**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/1015/por-que-o-banco-central-e-a-raiz-de-todos-os-males>>. Acesso em março 2021.

ROQUE, L. **“Sem o Estado, quem cuidará dos pobres?”**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2383>>. Acesso em janeiro 2021.

ROQUE, L. **Sobre a crise de 1929 e a Grande Depressão – esclarecendo causa e consequência**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2594/sobre-a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao-esclarecendo-causa-e-consequencia#:~:text=As%20pessoas%20se%20assustaram%20com,monet%C3%A1ria%20E2%80%94%20consequentemente%2C%20uma%20recess%C3%A3o>>. Acesso em fevereiro 2021.

ROTHBARD, M. N. **A grande depressão americana**. 1ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012.

ROTHBARD, M. N. **O essencial von Mises**. 3ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

ROTHBARD, M. N. **O sistema bancário de reservas fracionárias**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=311>>. Acesso em outubro 2020.

SENNHOLZ, H. F. **Manipular juros não gera crescimento econômico**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1538>>. Acesso em dezembro 2020.

SINGER, F. **Venezuela reconhece inflação de 9.500% em 2019**. El país, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-06/venezuela-reconhece-inflacao-de-9500-em-2019.html>>. Acesso em dezembro 2020.

SKOUSEN, M. **A verdadeira Lei de Say – e não a distorção keynesiana**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1164>>. Acesso em fevereiro 2021.

SOTO, J. H. **A escola austríaca**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

ULRICH, F. **Coisas que nenhum governo pode fazer com o Bitcoin: inflação**. Infomoney, 2014. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/moeda-na-era-digital/coisas-que-nenhum-governo-pode-fazer-com-o-bitcoin-inflacao/>>. Acesso em dezembro 2020.

VACCARO, ANDRÉ. **Empreendedorismo nos EUA, parte 1: as garagens**. Administradores.com, 2020. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/s%C3%A9rie-de-artigos-empresendedorismo-nos-eua-1-as-garagens>>. Acesso em janeiro 2021.